



PE

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DE PERNAMBUCO



PORTARIA CRO/PE Nº 39/2020

O Presidente do **Conselho Regional de Odontologia do estado de Pernambuco, CRO/PE**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a autonomia administrativa e financeira dos Conselhos Federal e Regionais de Odontologia, criados com o advento da Lei Federal nº 4.324 de 14 de abril de 1964 e regulamentada pelo Decreto nº 68.704 de 03 de junho de 1971;

Considerando que, a Constituição Federal excepciona a regra da prévia aprovação em concurso público para a investidura no cargo ou emprego público, autorizando as nomeações para cargo ou emprego em comissão, na forma legalmente prevista, de livre nomeação e exoneração (art. 37, II, parte final, da CF/88);

Considerando que, o cargo em comissão é preenchido com o pressuposto da temporalidade e ocupado por pessoa que desfruta da confiança daquele que nomeia ou propõe a sua nomeação;

Considerando a finalidade precípua destas instituições, tendo por escopo a supervisão da ética profissional, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da Odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente;

Considerando a necessidade de reforma e ampliação da sede do CRO-PE e todos os procedimentos e acompanhamentos que devem ser realizados antes, durante e após todo o processo;

Considerando a jurisprudência do TST no sentido de ser indevido o pagamento de aviso prévio e multa de 40% sobre o FGTS aos ocupantes de empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração;

Considerando a necessidade de assessoria para coleta de informações, levantamento de dados, auxiliar na tomada de Decisão da Diretoria frente a todas as ações necessárias na reforma e ampliação da sede e de acompanhamento da obra.

Resolve:

Art.1º. Nomear a Senhora **Kelly Beatriz de Souza Pires**, CPF nº [REDACTED] RG nº [REDACTED] SDS/PE, como **Assessora Administrativa da Diretoria** deste Conselho, executando os seguintes serviços profissionais indicados nos artigos 2º, 3º e 4º desta portaria;

Art.2º. O contrato será executado de forma direta, observando o cumprimento das demandas necessárias ao Conselho Regional de Odontologia, CRO-PE quanto a Ações necessárias devido a reforma e ampliação da Sede do CRO-PE; as atividades serão condicionadas ao cumprimento de tarefas internas e externas, obedecendo o calendário funcional de cada ano, bem como as necessidades deste Regional;



Art.3º. A Contratada desenvolverá a assessoria, com fito da Diretoria em melhor acompanhar e oferecer suporte administrativo nas ações necessárias de serem realizadas devido a reforma e ampliação da sede do CRO-PE; Executar atividades de digitação, arquivo, atendimento ao público, operação de microcomputadores, preenchimento de formulários e controles; Levantamento e visita a locais que compoitem a estrutura da Autarquia para mudança; Acompanhamento da licitação para contratação da construtora que realizará a obra de reforma e ampliação da Sede do CRO-PE; Acompanhamento das atividades da construtora junto a empresa de fiscalização da obra; As atividades deverão ser realizadas com emissão de relatórios para apresentação à Diretoria; Executar outras tarefas correlatas e afins;

Art.4º. Prestar assistência a Diretoria, bem como seus órgãos de assessoramento, inclusive em reuniões, formulação de relatórios;

Art.5º. Estabelecer a remuneração mensal de **R\$2.210,00** (dois mil duzentos e dez reais) com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

Art. 6º. A relação de trabalho do ocupante do cargo comissionado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único. Os ocupantes de empregos públicos em comissão, no ato de sua exoneração, não farão jus ao recebimento de verbas indenizatórias de aviso prévio e multa sobre FGTS.

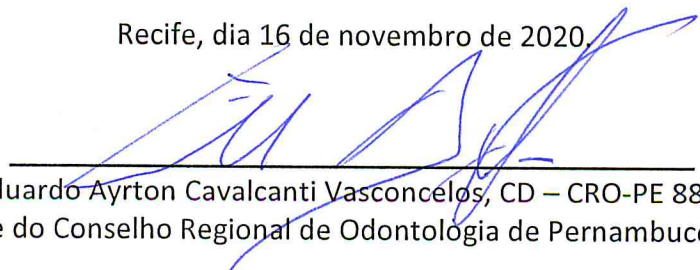
Art.7º. A contratada reconhece não haver vínculo de natureza permanente com o Conselho Regional de Odontologia, CRO-PE, sendo certa sua contratação por tempo determinado **para este cargo em confiança**, a fim de atender necessidade temporária de excepcional interesse público, afastando-se a figura do emprego público, uma vez inexistentes o disciplinado no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, CRFB 1988;

Art.8º. Assim, a contratação decorrerá no período compreendido entre os dias 16 de novembro de 2020 a 15 de novembro de 2021;

Art.9º. Por fim, determino a Secretaria do Conselho Regional de Pernambuco, CRO-PE, que sejam adotadas as providências necessárias;

Art.10º. Esta portaria entra em vigor imediatamente, dispensada sua publicação na Imprensa Oficial.

Recife, dia 16 de novembro de 2020.


Eduardo Ayrton Cavalcanti Vasconcelos, CD – CRO-PE 8802
Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco - CRO-PE.